

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# O pan-africanismo carioca nos anos 70 e 80 do século XX

Marianne da Silva Rocha

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6828>

Submetido em: 2023-09-13

Postado em: 2023-10-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Petrônio Domingues (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0116-5064>)

## O PAN-AFRICANISMO CARIOCA DOS ANOS 70 E 80 DO SÉCULO XX

AUTOR/A 1, Marianne da Silva Rocha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9663-0258>

<marianne.rocha@yahoo.com.br>

IESP-UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**RESUMO:** Neste trabalho busco compreender como um setor universitário negro carioca acessou as ideias do pan-africanismo cujos protagonistas eram os líderes das independências dos países africanos e produziu seu próprio sentido de militância nacionalista nos anos de 1970 e 1980. Minha tese é que o Centro de Estudos Afro-asiáticos (1973-2016) situado na Universidade Cândido Mendes funcionou como uma instituição mediadora entre a academia e a militância, fornecendo informação e formação sobre o que acontecia do outro lado do Atlântico em uma era pré-internet. Neste sentido, esse espaço é privilegiado na presente análise. Essa pesquisa é multimétodos: foi realizada a partir da triangulação metodológica entre cartografia da revista Estudos Afro-asiáticos, a etnografia do acervo do CEAA, cujos arquivos estão hoje em processamento, e a realização de entrevistas serviu de elemento balizador.

Palavras-chave: militância negra, universidade, nacionalismo, afro, imaginário.

### **The carioca's pan-africanism from the 70's and 80's of the 20th century XX**

**ABSTRACT:** This paper aims at understanding how the Black university circle in Rio de Janeiro received and interpreted certain pan-Africanist ideas expressed by the leading figures of independence movements in African countries and giving the concept of nationalist activism a new meaning in the 1970s and 1980s. The work hypothesis is that the Cândido Mendes University's Afro-Asian Studies Center (1973-2016) served as a mediating stance between academics and activists, providing information and educating said agents on the historical developments taking place at the other side of the Atlantic Ocean in the pre-internet era. In that sense, the Center takes center stage in our analysis. The work deploys multiple approaches, building the discussion through a combination of methodological practices such as mapping the Afro-Asian Studies magazine, an ethnography of the Center's archives - which are currently being catalogued and organized - and a number of interviews that helped us guide the research.

Keywords: black militancy, university, nationalism, afro, imaginary.

## INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre como a questão racial implicou a nacional para as elites nacionais, sendo visualizadas nas obras canônicas das ciências sociais brasileiras; sobre teorias eugenistas, as ideias de Rui Barbosa, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, etc. Pouco se diz sobre como a questão nacional foi colocada pelas populações negras organizadas e componentes das pequenas e finas classes médias estabelecidas no país. Este artigo dedica-se a este último problema.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de 12 meses (dos quais 10 como componente da equipe e o restante independentemente), iniciada em setembro de 2022, realizada na Universidade Cândido Mendes, no qual trabalhei como assistente de pesquisa e de projeto<sup>1</sup>. O projeto de pesquisa objetivava demonstrar as contribuições do Centro de Estudos Afro-asiáticos (1973-2016) às ciências sociais brasileiras como um dos primeiros centros de estudos africanos do país e ainda seu papel na construção da diplomacia nacional no eixo Sul-Sul.

Uma das características marcantes do *Afro* (maneira como militantes negros referiam-se ao CEAA) é seu relacionamento intrínseco com a militância negra carioca. Não sendo apenas um dos seus principais clientes, mas um dos seus elementos constitutivos. Nesse sentido, ele funcionou como uma instituição mediadora entre academia e sociedade civil.

Trataremos este Centro como um espaço específico e próprio, criado em 1973, em Ipanema, a partir do encontro deste último com José Maria Nunes Pereira, um homem branco nordestino egresso de Portugal que havia feito parte de diversos círculos sociais interessados na descolonização africana durante sua estadia na Casa dos Estudantes do Império (1947-1962). “Um militante da política internacional africana”, nas palavras de Paulo Roberto dos Santos.

A partir dos incentivos e da ação disseminadora de Zé Maria, como era chamado, diversos universitários negros passaram a se reunir aos sábados para ler, debater e produzir material próprio de estudos baseados nas novas informações trazidas sobre o continente africano na zona sul do Rio, um escândalo à época, história ontologicamente recontada, inclusive, por aqueles que lá não estiveram. Àquela altura, estavam quase todos impactados pelos relatos do racismo estadunidense que passavam nos programas televisivos. Esse elemento é onipresente nas narrativas das pessoas entrevistadas e na bibliografia padrão. O movimento *black power* e *black is beautiful* teve audiência nas periferias cariocas e através do *soul* e dos bailes charmes cariocas criou-se o movimento Black Rio (Pereira, 2010; Viana, 2014). Essa conjugação de fatores, adicionadas as realidades sócio-econômicas e o próprio racismo brasileiro, bem como a luta

---

<sup>1</sup> Coordenado por Alexandre Paiva Camargo (IUPERJ-UCAM) e Camila de Mário (IUPERJ-UCAM).

contra ditadura e o processo de abertura política de 1974, fizeram com que uma parte seleta da população negra se engajasse em movimentos políticos próprios, para além dos tradicionais espaços de militância política à esquerda e à direita.

Nosso esforço será em direção de demonstrar como o movimento negro possui uma visão de Brasil própria, uma identidade nacional-negra, que fora alimentada pela circulação de ideias acima citadas gerando propostas originais de enfrentamento ao racismo em direção ao “Brasil que queremos” (fala de Adélia Azevedo em entrevista concedida). Neste debate, o pan-africanismo é um conceito pautado por Rocha (2021), propondo que seu entendimento somente pode ser suficientemente apreciado dentro da história do nacionalismo global.

No que diz respeito ao continente africano, restringir a história dos nacionalismos aos movimentos das elites que assumiram o poder após a descolonização nos leva a dois lugares: uma história pautada em personalidades (que inclusive é outra determinante problemática na história do pan-africanismo, demonstrando total ausência da sociologia para compreensão do fenômeno) e ao problema muito bem apontado pelos estudos subalternos, que é a admissão da história política de uma país como sinônimo da história social em que atores privilegiados falam e outros desprivilegiados são rapidamente antagonizados. De certa maneira, esse é o movimento natural dos nacionalismos de Estado, selecionar seus elementos constitutivos por meio da violência, construir memória e desfazer outras; porém, como Hobsbawm (1990) nos mostra, a visão de que todo nacionalismo pertence a uma elite é um equívoco.

A hipótese de Rocha é que as articulações operadas entre raça, cultura, civilização realizadas pelo cânone ocidental do século XVIII e XIX foram absorvidas por intelectuais e pensadores negros em diversos locais do globo e, associado ao movimento abolicionista, produziram discursos e mobilizações sociais de diferentes tamanhos no Atlântico e no continente africano. Essa é uma abordagem não-normativa e sociológica das identidades coletivas de tipos nacionalistas que possuem a África como comunidade imaginada (BARBOSA, 2020, p. 17).

No que diz respeito ao Brasil, os anos de 1970 foram marcantes para o movimento social negro, a ponto de seus agentes narrarem estar fundando o movimento negro carioca já naquele período.

A absorção da estética afro-americana e africana, e dos discursos e do processo de descolonização africana por parte de suas lideranças é frequentemente associada pelos militantes como uma estratégia de trazer auto-estima à população negra marcada por padrões de beleza brancos e pelo embranquecimento como estratégia ideológica para a fórmula do sucesso. É nesse

período em que investe-se na educação, em programas de apoio a relacionamentos intrarraciais, a fim de disputar com a lógica dominante qual a verdadeira face do Brasil.

## 1 O CEEA E A ESTRUTURA DO ACERVO

O Centro de Estudos Afro-asiáticos não existe mais. Seu acervo não foi totalmente catalogado, estando em processamento no presente momento. Parte significativa das informações que permitiram o entendimento do acervo não foram tiradas de documentos burocráticos ou institucionais, mas de entrevistas com seus trabalhadores e revisão de literatura.

Quando cheguei ao projeto deparei-me com enormes pilhas de caixas de papelão e de plástico dentro da biblioteca central da universidade, alguns documentos com uma organização original, ou seja, processados e agrupados segundo a gestão da direção da época e da bibliotecária-chefe Ana Senna<sup>2</sup> de 1981, antiquada para os novos padrões da arquivologia. Grampos de metal, revistas enroladas em elásticos, recortes de jornal separados por unidade em pastas de papel, cuja única classificação é o ano de origem, etc. De acordo com a atual gestão da biblioteca, o acervo tem um volume contabilizado de 144.746 itens, incluindo livros, teses, dissertações, revistas, folhetins, panfletos e *clippings*. Estima-se que existam cerca de 50 mil clippings de diferentes naturezas e de estratégias de captação que vão desde os anos de 1960 até 2002, cerca de 400 teses e dissertações de pesquisadores brasileiros e estrangeiros versando sobre África (pré e pós-colonial), escravidão, religião e cultura (africanidades), a coleção completa da revista Estudos Afro-asiáticos que vão de 1978 a 2012, diversos documentos da militância fluminense, paulista, baiana, sergipana e etc. que contam com folhetins e instrumentos pedagógicos próprios. Apesar disso, os documentos estão em bom estado de conservação, permitindo leitura clara, manuseio e digitalização.

Originalmente, o acervo do *Afro* era o “arquivo cinza” de José Maria Pereira Nunes. Esse nome, que nos foi revelado em entrevista com Marcelo Bittencourt, um dos pesquisadores do *Afro* nos anos 80, é uma referência ao hábito do pesquisador africanista de fazer cópias dos livros que achava relevantes e revela um período em que não havia tanta separação entre o que era acervo pessoal e acervo do Centro. Encontrei materiais de escrita própria do Zé Maria com fins pedagógicos sobre autores contemporâneos e elites políticas africanas. O melhor exemplo é o material de 6 folhas sobre vida e obra de Franz Fanon.

*A posteriori*, o acervo passa a receber documentos de diferentes origens como IPCN (fundado em 1974), Instituto Bennet (fundado em 1888) e ISER (fundado em 1970 em Campinas, transferido para o Rio em 1979), entre muitos outros de diversos Estados do país.

---

<sup>2</sup> Atual professora de biblioteconomia da UFRJ.

Demorei um tempo significativo para conseguir entender a colcha de retalhos daquele emaranhado, pois não há documentação oficial da existência institucional do Centro de Estudos Afro-asiáticos até a gestão de Beluce Bellucci em 1996 e mesmo assim de maneira muito limitada. Da mesma forma, não há registros formais da aquisição e descarte de livros e demais itens que compõem o conjunto.

A fonte das teses e dissertações parcialmente tem origem nos resultados no Concurso de Dotações do Negro, uma estratégia de incentivo à pesquisa sobre a questão racial no Brasil, iniciado em 1986 na gestão de Carlos Hasenbalg, e do catálogo de pesquisas realizadas sobre os temas acima citados produzido também na gestão de Hasenbalg, onde diversas instituições não enviaram apenas uma listagem de seus produtos como também cópias dos trabalhos.

Os *clipping* possuem pelo menos quatro naturezas identificadas: (1) recortes de interesse pessoal de Zé Maria coletados ainda nos anos de 1960, ou seja, antes da institucionalização do Centro e que seguiram sendo feitos; (2) busca ativa e organização feita por estagiários e outros pesquisadores de informações jornalísticas e sua venda para empresas como Petrobrás, Vale e Odebrecht que visavam ampliar seus negócios no continente africano; (3) a contratação de uma empresa que buscasse na imprensa nacional e internacional palavras-chaves, fizesse o recorte e envio para o Centro para fins de ensino e pesquisa; (4) a reflexão sobre os assuntos ligados a raça e racismo pautados pela imprensa em forma de boletins.

Já os livros possuem parcial origem desconhecida. Alguns adquiridos pela própria instituição, outros doados por indivíduos e gestores. Durante a gestão de Beluce as atividades de permuta foram muito ativas. Encontramos diversos e-mails trocados entre o CEAA e universidades no Brasil e exterior, onde exemplares da revista Estudos Afro-asiáticos eram oferecidos em troca de outros livros.

A clara heterogeneidade do acervo demonstra que seu objetivo era ser uma biblioteca de referência sobre as temáticas do negro e da África. No que diz respeito às organizações da sociedade civil, suas doações podem ser interpretadas como uma evidência da impermanência dos movimentos sociais e suas crises de gestão. No que diz respeito a outras entidades que até hoje estão estabelecidas, como ISER e Instituto Bennet, podemos deduzir a partir de práticas comuns da arquivologia que seus processos de curadoria próprios escolheram o que permaneceria e o que descartaria, bem como a existência conflitos políticos internos nos quais os agentes envolvidos classificaram o *Afro* como melhor lugar para manter sua guarda e para lá enviaram parte de seu acervo, bem como a intenção de democratizar tais informações.

Se estas últimas hipóteses forem verdadeiras, ela nos faz pensar por que o Centro? Essa questão só foi solucionada quando conversei com Paulo Roberto. Ele esclareceu-me que foi

contratado junto com Joel Rufino dos Santos (que acabava de sair da prisão por seu envolvimento com PCB, ANL e o VAR Palmares) durante a coordenação de Michael Turner na *Ford Foundation* na primeira metade dos anos 80, para organizar dentro do *Afro* um espaço de memória da militância negra brasileira. Depois Helena Theodoro, José Siqueira, João Ribeiro Fragoso foram contratados para o mesmo fim, porém em departamentos divididos entre África e Afro-Brasil. Nesse ínterim, Paulo Roberto alimentava tanto a biblioteca do *Afro*, como do IPCN como membro e um dos presidentes do Instituto.

Os relatos da bibliotecária e de Jacques d'Adesky a respeito da composição do acervo demonstram os motivos diversos pelos quais o Afro-asiático tinha um lugar específico na pesquisa sobre africanidades: segundo eles, o Centro da USP era muito voltado para África, o da UFBA tinha mais volume sobre etnias africanas no Brasil e expressão religiosa e Centro carioca especializou-se sobre “o negro”, que incluía a história das revoltas de escravizados e das desigualdades sociais no Brasil. Ana, inclusive, revelou-nos que o *Afro* deu um salto qualitativo nos estudos sobre o negro, aquilo que pode ser chamado de estudos afro-brasileiros, com a gestão de Carlos Hasenbalg a partir de 1986. Em março de 1991, foi fundado o Laboratório de Pesquisas sobre Desigualdades Raciais no Brasil, sob orientação de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva. Estes detalhes demonstram a especificidade do espaço, que inclusive foi o primeiro Centro da Cândido Mendes a ter sua biblioteca ser informatizada e trazer informações estatísticas sobre raça e racismo.

Ana Senna criou um sistema de vocabulário para indexação e formatação dos índices completamente especializado. Ela relatou que isto foi, inclusive, motivo de conflito com outros bibliotecários que achavam besteira tamanha especificidade, para eles era tudo racismo, mas ela entendia que para o seu usuário não era; segregação, *apartheid*, racismo, resistência negra e etc eram temas distintos. Um trabalho pioneiro de informação que perpassava também pelas relações pessoais. Segundo Ana, ela recebeu das próprias mãos de Yedo Ferreira um mapa dos quilombos brasileiros; uma doação espontânea que, segundo a entrevistada, demonstrava a confiança que militantes do movimento negro tinham nela e naquele espaço, grande parte devido as relações estabelecidas com Zé Maria. Esta não foi a única doação. Cartazes, convites, calendários, folhetins, documentação de propaganda de movimento social, todas doadas espontaneamente à então biblioteca do *Afro* que viria a se tornar seu acervo.

A disponibilização de uma fonte de pesquisa cuja base da informação tinha um vocabulário étnico-racial criava uma demanda de pesquisadores antes do “boom” de estudantes negros nas universidades brasileiras que naquela época já eram os principais usuários apesar de

essa diversidade racial não aparecer nas mesas, simpósios, congressos e eventos acadêmicos entre especialistas com pequenas exceções.

Nesse sentido, se em um primeiro momento nos desanimamos diante da “desorganização” do acervo, percebi que os poderes simbólicos ligados a um arquivo estavam em significativa suspensão dado o seu abandono. De certa maneira, o grau de institucionalização de arquivos aumenta à medida que ele ganha publicidade e esse processo, por consequência, acaba orientando a sua utilização. O acervo do *Afro*, que está na biblioteca central da UCAM, não está mais aberto a usos para além de pesquisadores “corajosos”. Nesse sentido, pensar os significados a partir dos tópicos elementares para estudo deste arquivo confere um sentido antropológico e sociológico mais livre (Sorá, 2016).

“Gênese, seleção, classificações, unidade, dispersão, comunidades, classes, clãs e (...) pessoas de carne e osso por trás dos livros” (*ibidem*, p. 17 e 18) além de serem o foco da minha pesquisa, se tornaram basicamente as únicas fontes para os remendos necessários no entendimento desse acervo que compunha especialmente um espaço físico de encontro, debate, estudo e militância de diversos atores, especialmente negros. Segundo Bourdieu (1991), uma pesquisa etnográfica começa com um processo de identificação objetiva do outro e do próprio pesquisador e seus deslocamentos; os interesses investidos na legitimação no objeto particular podem servir como uma projeção mais generalizante.

É preciso dizer que compor uma equipe que se propunha estudar especificamente o acervo do *Afro* com professores internos da instituição tornou mais fácil o acesso aos documentos. Além de poder deslocar material, pude passar longas horas dentro da biblioteca e fotografar o que me interessava ali dentro. Também construí uma relação positiva com o bibliotecário gestor Paulo Prado que me concedeu acesso livre à documentação. Com esse trabalho e a análise de acervo pretendo demonstrar e localizar os discursos e imaginários da militância negra dentro do escopo de um nacionalismo para além do nacionalismo de Estado (e oficial) e secundariamente (2) demonstrar as dificuldades envolvidas com a institucionalização da área de estudos afro-brasileiros nas ciências sociais que é um foco teórico diferente da chave de estudos étnico-raciais.

Além destes documentos há inúmeros volumes de jornais propagandistas dos movimentos-partido vencedores da luta anti-colonial africana falantes de língua portuguesa. O material ideológico do MPLA (Movimento da Libertação Popular de Angola) e da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) é significativo.

## **2 OS MILITANTES E SEU IMAGINÁRIO**

À época, principalmente a partir da narrativa histórica construída no pós-independência por esses países, com sua linguagem da resistência (Cooper, 2008), houve uma transferência de ideias. A ideia da resistência também se tornou o fio condutor da prática militante a partir dos anos 70 que coincide com a linguagem própria da militância anti-ditadura estabelecida no país. “Com a independência da África, os historiadores foram fortemente levados a encontrar um domínio que poderia ser definido de duas formas: africano sem ambiguidade e resistente ao imperialismo” (p. 23). Por muito tempo a história da ditadura no Brasil em relação à sociedade civil também foi encarada nesses termos (Reis Filho, 2014).

O exercício de *olhar para* o acervo e não *através dele*, segundo Ferreira (2022), pode ser investido de diferentes estratégias e uma delas é observar a performatividade dos documentos. Por mais que a autora esteja fazendo referência à documentação de Estado, esta aplica-se ao nosso caso. Ela permite observar a capacidade de tais papéis provocarem afetos e a construção de sociabilidades. Este tipo de visão permite tanto delimitar, quanto cruzar domínios sociais aparentemente apartados.

A reconhecida tensão entre academia e a militância, a disputa pela produção saber estão visíveis nessa heterogênea coleção de papéis. A convivência entre pesquisas produzidas pelo próprio movimento social negro como, por exemplo, o “*Diga aí, bicha! Depoimentos de ativistas homossexuais*” conduzida pelo grupo *Adé Dudu* com entrevistas estruturadas direcionadas e conduzidas por pessoas negras e LGBTQIA+ de 1981, e o trabalho tradicional acadêmico de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva em “Os aspectos demográficos dos grupos de cor”, “Cor e seletividade conjugal” expostos em um único número da revista *Estudos Afro-asiáticos* de 1992 em análise da PNAD de 1987, demonstra que o *Afro* desempenhou um papel de instituição mediadora. A academia e a militância no *Afro*, configuravam um espaço permanente de conflito segundo Beluce e Peter Fry, mas que nitidamente se retroalimentaram.

Sua principal característica são as pessoas. Obviamente as pessoas são sempre singulares, mas em termos de circulação e permanência institucional essa variabilidade reduz-se significativamente. Ali onde as pessoas entravam e saíam sem maiores censuras, onde a presença dos militantes negros, especialmente para estudar com Zé Maria e realizar pesquisas sobre o continente africano, era permanente, onde pesquisadores se formaram e deixaram seu conhecimento. Um espaço em que a chamada dupla hermenêutica (Giddens, 1989) realizava-se cotidianamente.

É necessário dizer que até os anos de 1950 indivíduos e organizações buscavam questionar as estruturas das desigualdades raciais da sociedade nos mesmos termos do projeto nacionalista brasileiro: buscando realizar sua democracia racial (Hachard, 2001). Com objetivo de

eliminar o “preconceito de cor”, diversas iniciativas acumularam-se ao longo da história brasileira. Nos anos 30 do século XX destaca-se a Frente Negra Brasileira, nos anos 40 a Convenção do Negro Brasileiro. Nos anos 60 a discriminação racial brasileira passa a ser analisada mais sistematicamente. Nasceram os primeiros Centros de Estudos africanos e esse movimento impacta em maior ou menor grau as pessoas interessadas em pensar as estruturas da sociedade brasileira e suas desigualdades perduráveis. Porém em 64 veio a ditadura civil-militar e a Universidade Cândido Mendes é particularmente reconhecida por ter sido um espaço “blindado” das censuras graças ao relacionamento pessoal de Cândido Mendes com General Golbery do Couto e Silva, um dos principais formuladores da Doutrina da Segurança Nacional (a universidade hoje possui a guarda do acervo pessoal deste último, inclusive). E esta posição não deve ser pormenorizada nos estudos sobre a constituição daquele espaço.

Aquilo que Ratts (2009) chama de militância negra de base acadêmica surge. Em seu estudo sobre intelectuais negros localizados na chave de ativistas, o autor destaca o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) como seminal na década de 70. Na revista de Estudos Afro-asiáticos de 1983, número 8-9, o GTAR relata a iniciativa de Beatriz do Nascimento de realizar uma Semana de Estudos da Contribuição do Negro na Sociedade Brasileira ainda no *Afro* em 1973, mas que só pôde ser realizada na UFF no ano de 1975 (mesmo ano de fundação do grupo). Este evento aconteceu até o ano de 1978 quando os estudantes-membros decidiram fazer um convite mais amplificado à comunidade científica negra para juntar seus esforços ao redor de seus projetos que incluía o estabelecimento de um relacionamento mais estreito com as secretarias e ministério de educação e cultura; esse é o motivo da presença dessa nota na revista.

Com o processo de abertura política de 1974, o *Afro* seguiu protagonizando um espaço contestatório das ideologias dominantes e “formando massa crítica que compreendia que a questão nacional era a questão racial” (segundo Jacques D'adesky em entrevista). Assim, nosso mapa para apreensão do imaginário da época é a própria revista Estudos Afro-asiáticos cujo objetivo era o “estudo e difusão da história e das culturas africanas (...) e a reavaliação dos valores culturais de origem africana participantes da sociedade brasileira” (1978, p. 62).

Seus primeiros anos, entre as gestões de Ze Mária e Carlos Hasenbalg (1978 e 1995) além de conter artigos, guarda em si a história da movimentação do *Afro* que se dividia entre atividades acadêmicas, a promoção de eventos e de cursos de extensão abertos, inclusive, a comunidade não-acadêmica, bem como do exercício político do movimento negro.

Sobre o argumento da transferência da visão historiográfica africana pelo viés da resistência para o pensamento negro brasileiro, importa elucidar algumas coisas. Entre 1973 e 1978, o *Afro* realizou 35 cursos de extensão universitária, frequentados por mais de 800

professores e estudantes do Rio de Janeiro e editou 12 textos mimeografados que compunham o acervo construído até então de 4 mil obras e 20 mil artigos catalogados sobre a “realidade afro-asiática”. Entre os cursos destaca-se o de “sociologia da descolonização”, “modelos de desenvolvimento africano” e “pensamento africano (Amílcar Cabral)”. O *Afro* desde sua origem teve intenções diplomáticas e Zé Maria foi enviado pela UCAM em missão de estudo e contato a Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Senegal e Angola, totalizando 70 dias sendo recepcionado por Ministros de Estado, dirigentes políticos e responsáveis por organismos culturais desses países. Essa viagem, que aparece na revista nº 1 (1978, p. 64), materializou-se em uma frente de trabalho de cooperação técnico-cultural estabelecida entre o *Afro* e Guiné-Bissau, ocorrido em 1976. Foram doados dois mil livros didáticos brasileiros e, com eles, uma equipe de especialistas em planejamento educacional. Lá foi ministrado o curso de “Metodologia da História da Descolonização” cujo material talvez exista ainda em Bissau, mas não localizei no acervo.

No seu segundo número do mesmo ano, Zé Maria publicou um artigo chamado *Colonialismo, racismo e descolonização* (Pereira, 1978) no qual chama atenção ao “europocentrismo da história” em que padece o Brasil, cuja academia e a mídia vítimas do mesmo “astigmatismo cultural” causados pelo colonialismo os impede de olhar verdadeiramente para África e ver os problemas comuns (p. 16). E segue argumentando que a tarefa de combater o racismo, “ideologia-chave organizadora do colonialismo” não é estritamente científica, mas política e seus principais combatentes são suas vítimas na África, na Ásia e na América (p. 21). Nesse mesmo texto, Zé Maria ainda trás um panorama das ideologias anticoloniais falando de pan-africanismo, pan-arabismo, asiatismo, o movimento Négritude e o afro-asiatismo, que segundo ele, encarna o espírito de Bandung.

O *Afro* estava envolvido no processo de engenharia nacional produzido por Amílcar e executado por Luís Cabral, que identifica na educação uma área prioritária desse processo. Adicional a isto, em Março de 1980, o professor Aquino de Bragança, Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, visita sua sede e na revista de 1980, nº 4, aparece um artigo inteiramente dedicado “ao patrimônio pedagógico da Frelimo” *A concepção de educação em Moçambique: notas introdutórias* de Elimar Nascimento (professor da UnB) à época professor em Maputo, ainda na gestão de Samora Machel.

Neste mesmo número contém a listagem de oito programas de pesquisa em desenvolvimento que incluem “Relações Brasil com a África, no passado, e a participação do negro na sociedade brasileira” conduzido por Joel Rufino e Michael Turner e “Análise dos estudos africanos e afro-brasileiros e das instituições afro-brasileiras em nosso país” conduzido

por Paulo Roberto dos Santos. Inclusive a indicação de leitura do livro *Quilombismo* de Abdias do Nascimento.

Na revista nº 5 de 1981 constam um artigo sobre Franz Fanon produzido pelo “Grupo de Estudos sobre pensamento político africano do CEAA” e as resoluções do seminário para construção do Parque Histórico Nacional Zumbi. E finalmente a revista de números 6 e 7 do ano de 1982 que incluem os anais do 1º Seminário Internacional Brasil-África realizado em em 1981 com financiamento da *Ford Foundation*. Lá estiveram presentes nomes como Milton Santos, Hélio Jaguaribe, Yeda Pessoa de Castro, Clóvis Brigagão, Carlos Serrano, Maria Regina Soares de Lima, entre outros, ao lado de Lélia González, Beatriz do Nascimento e Clóvis Moura.

As revistas nº 8 e 9 de 1983 dedicam suas linhas inteiramente a registrar o Encontro Nacional Afro-Brasileiro, realizado na Cândido Mendes, onde estava presente a militância negra do país inteiro, inclusive Moa do Katendê, assassinado por um apoiador de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

A revista nº 12 de 1986 registra o Seminário Pensamento de Esquerda e a Questão racial onde estavam presentes Luiz Werneck Vianna, Carlos Hasenbalg, Octávio Ianni, Muniz Sodré, Joel Rufino dos Santos, Wilson Barbosa. Além de outros três artigos, chama atenção o de Ari Araújo chamado *Por um pensamento negro-brasileiro: a reversibilidade do espelho*, em que o autor chama atenção para “extraordinária resistência” das religiões de matriz africana e busca a razão para essa persistência na “estratégia africana de lidar com as ambiguidades do sistema, jogar nos interstícios da coerência ideológica”, generalizando o que era específico (o terreiro) para todos os níveis da existência do negro (p. 68). A ideia de que existe um pensamento africano que pode ser acessado por todo negro através de sua iniciação em um terreiro é absolutamente nova para a militância e estava longe de ser unânime nesse mesmo período.

As revistas de 1987 e 1988 somatizam os esforços pelo resgate da “memória do negro” e marcam a introdução do tema da mulher negra como relevantes a serem debatidos na academia e na militância.

Ainda sobre os anos 70, concordo com o argumento de Rios (2008) que a academia no geral demorou para incorporar as novas perspectivas sobre ativismo dos negros e que a medida que suas ações tornaram-se mais concretas, por diversos motivos (incluindo sua faceta de protesto), ela os absorveu. Bem como concordo com a mudança de nomenclatura de “consciência racial” para “identidade racial” para referir-se ao grupo denota uma rejeição de terminologias marxistas e o avanço das teorias antropológicas para explicação de movimentos sociais. Porém, esse movimento não é puramente teórico; o ato de utilizar as “categorias nativas” para explicar um fenômeno observado foi exemplarmente aplicado no *Afro*.

O afastamento da linguagem marxista também refletia a complexificação do pensamento dos militantes negros dos partidos de oposição à ditadura e a compreensão de que esses espaços eram insuficientes tanto para explicar o Brasil, como pelo seu próprio reacionarismo à questão racial (Domingues, 2008). Assim, este mapa que sugiro torna translúcida uma espécie de transferência de estratégias políticas do/com continente africano para o entendimento e de enfrentamento ao racismo na sociedade brasileira que se iniciou nos anos 70 e se tornou mais maduro nos anos 80.

Há uma imensa bibliografia debatendo se etnografia é método ou teoria, não me aterei a esses pormenores, acredito que basta dizer que foi através dela que montei um quebra-cabeças do “mundo da empiria” para fornecer uma teoria e uma nova abordagem do fenômeno da ascensão do movimento negro carioca, onde ao invés de centrar na busca pela raiz, escolhe o método de propagação dos canais, a movimentação dos fluxos, suas direções e sentidos.

Eu, como mulher negra de 30 anos que esteve presente em diversos espaços de militância negra desde os meus 16 anos no Estado do Rio e em outros graças à invenção das redes sociais, implicada pela minha história e pelo território presente do acervo (que estive no passado, pela primeira vez aos 17 anos graças a sua fama nas rodas de encontro do movimento) fui duplamente privilegiada para realização desta pesquisa. Primeiro, como já disse, pela facilidade de acesso ao acervo como pesquisadora, segundo porque pela minha entrada nos movimentos sociais entendi desde o início da pesquisa, já com meu treinamento como pesquisadora mais avançado, que o indicador “frequência” de determinadas palavras poderia ser mais um complicador que facilitador. A repetição, elemento importante de medida quantitativa e na análise de discurso, pode na verdade estar relacionado a estereótipos e discursos pressupostos, ou seja, um viés. Assim, o pensamento e o pesquisador correm o risco de serem capturados pela frequência da aparição.

Há de se destacar o catálogo e análise de entidades negras do Brasil publicado no ano de 1988 com algumas conclusões como exemplar da tese sobre a existência de vieses no estudo do negro no Brasil. No questionário aplicado às entidades, perguntou-se se havia alguma vinculação a alguma instituição e  $\frac{2}{3}$  dos respondentes disseram que não. Porém, no decorrer das entrevistas as vinculações apareciam. Mesmo os nomes citados acima possuíam, sabidamente, vinculações múltiplas. A conclusão dos pesquisadores é que a ideia da “independência” era um valor inerente a esses grupos (ISER, 1988). Com isso quero dizer que o movimento negro conseguiu produzir em meio a sua diversidade certas preferências discursivas que podem ser vistas até os dias de hoje que provêm da necessidade de demarcar diferenças com a ciência e o pensamento social “tradicional” produzido.

Essa repetição é um exemplo demonstrativo de uma tendência nos estudos sobre negro no Brasil e talvez sobre os estudos de militância social como um todo, cuja técnica das entrevistas é seu enfoque ou seu método é a história oral. De Hanchard (2001) até Pereira (2010) a voz dos líderes e dos intelectuais fala muito mais alto que os acontecimentos de bastidores. Mesmo com as ressalvas que Alberti (2004 *apud* Pereira, 2010) faz, recolocando a história oral como metodologia que evidencie diferentes estratégias e a possibilidade de reconstituir redes de relações, é necessário lembrar das notas de Koselleck (2006) onde “linguagem e fatos políticos e sociais aparecem de formas diferentes para o historiador e para os atores da história”. Não apenas para os historiadores, como para cientistas sociais. Especialmente quando os atores da história são “altamente ideologizados”, nas palavras de Paulo Roberto dos Santos, importa reter a ideia de que “se evite confundir história política com linguagem conceitual” (2006, p. 194) e para isso histórias social e política não pode ser pensado longe da história dos conceitos.

Tanto Paul Gilroy (2001), como Hanchard (2002) propuseram trabalhos que buscavam enforçar as trocas transnacionais e interculturais que fizeram surgir culturas planetárias hibridizadas e heterogêneas, especialmente culturas e modos de vida e militância negras. Mas, conforme Rocha (2021) evidenciou, mesmo os nacionalismos presos às nações estão imersos nas mesmas culturas planetárias e hibridismos. É dentro da história dos nacionalismos, encarando os mitos de origem dos Estados-nação exatamente como o são, mitos, que é possível fazer uma sociologia competente desses últimos, dos movimentos emancipatórios e as suas respectivas respostas de controle e dominação. A modernidade quando não trata da política nos seus termos politológicos, ou seja, definida como o espaço apartado das demais esferas sociais, transforma o ativismo social negro em simples movimentos sociais como outros quaisquer ou transforma sua agenda em mero movimento contestatório. Desde a independência deste país, em todos os processos constitutivos e complexificadores da política, a temática racial e pessoas negras lá estavam em termos institucionais; no Brasil império ou no Brasil República. A tarefa da nossa geração segue sendo descortinar o que foi acobertado.

Segundo Cardoso (2002), o racismo brasileiro levava o negro a não percepção de si enquanto coletivo, então o diferencial entre o movimento negro frente ao conjunto das demais mobilizações sociais e populares que emergiram no Brasil nos anos 1970 era o uso da história, porém era ao mesmo tempo impedido a rejeitar a história oficial que reiterava a alienação do negro frente a sua condição coletiva.

Em *Movimento negro e a crise brasileira*, Joel Rufino (1983) aponta que nos anos 70 a militância negra deparou-se com questões fundamentais sobre as distinções entre organizações políticas e culturais, quais os termos para considerar a experiência pregressa para pensar a

contemporaneidade, e nesse sentido, como lê Rios (2008), da Silva (2022) e Pereira (2022), tratava-se de uma tarefa posta: a construção da história e de uma identidade para a militância que são encarados como uma resposta histórica ao mito da democracia racial, isto é, o mito fundador da nação Brasileira. Por qual motivo esta resposta não é igualmente tratada como nacionalismo? Os motivos podem ser variados, e acredito ser o principal deles derivado do próprio nó discursivo gerado pela militância negra: a necessidade de provar que os negros produziam pensamento e teoria a partir do *status da diferença*. É relevante dizer que o movimento negro carioca produziu não apenas estratégias de enfrentamento ao racismo, mas um novo imaginário da nação brasileira, concorrente com o nacionalismo oficial (como chama Hobsbawm) para que possamos dar um passo a frente em uma teorização do político amplificada.

Interessa também dizer que da Silva (2022) em seu catálogo de intelectuais negros em suas primeiras linhas é direto em afirmar “as/os intelectuais que selecionei pensaram o Brasil, de maneira nacional ou em intenso diálogo com a circulação internacional de ideias (...)” (p. 47). Sendo assim, a tese aqui tratada não é nova, ela só intenciona retirar o pensamento social negro do “gueto” e debatê-lo em conjunto com a bibliografia canônica e com fenômenos globais para além daqueles que carregam a marca “negro”.

Após minha saída do projeto, consegui entrevistar Adélia Azevedo, José Ricardo d’Almeida e Paulo Roberto dos Santos a partir de um mesmo roteiro de 12 perguntas a fim de comparar suas respostas, não pelo viés da repetição, mas pela intensidade das respostas a determinadas perguntas. Quando perguntei sobre pan-africanismo, intelectuais africanos e a visão da luta anti-colonial trazida por Zé Maria (de codinome Camarada Caipira, pois era um militante do MPLA) a resposta foi quase unânime, que revela uma memória muito pouco afeita à realidade africana, mas que preserva os nomes de Franz Fanon e de Amílcar Cabral e como a África era vista a partir de signos culturais estereotipados que objetivavam “dar autoestima ao negro”. A já sabida clivagem interna (e profundamente tensa) do movimento negro que os dividia entre americanistas e africanistas (Pereira, 2010) e entre outras, foi muito pormenorizada nos relatos que colhi e na bibliografia no geral.

Minha conversa com Adélia foi especialmente elucidativa. Havia uma evidente preocupação com a voz de uma “maioria falante” e me trouxe a preocupação de fazer um movimento de levantamento de nomes que compunham os bastidores. Dito isto, prefiro que minhas entrevistas sejam referidas como conversas. Apesar de ter utilizado um roteiro padrão, nossa interlocução se manteve via redes sociais, com telefonemas e convites para outras conversas. Inclusive, Amauri Mendes gravou áudios de mais de 5 minutos para mim, contribuindo com essa pesquisa de uma forma mais informal. Essa técnica foi por mim acionada

menos como um instrumento decifrador dos processos sociais os quais esses agentes estavam envolvidos e mais como balizadores capazes de me certificar que a ponte entre teoria e empiria estava sendo bem sucedida na corrente do pensamento que construí conjuntamente com esses esses antigos militantes.

Talvez os trabalhos de militantes negros com claras proposições nacionalistas sejam *O Quilombismo* de Abdias do Nascimento de 1980 e *Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso* de Beatriz do Nascimento de 1982. Sobre esse novo debate acerca da mística dos quilombos, esses militantes intelectuais foram vistos como “ideólogos negros, teoricamente filiados às ciências sociais ou por elas influenciados, preocupados em criar bandeiras de combate, pontas de lança de ação, ideias arregimentadoras de consciências e atuações políticas” (BORGES PEREIRA, 1983, p. 14) . Em primeiro lugar importa dizer que Beatriz guardava uma posição como cunhada de Zé Maria e de colaboradores mútuos, guardadas as devidas proporções. Em segundo lugar, desde a origem do *Afro*, Beatriz participou de reuniões, deu aulas e promoveu debates que foram frutíferos ao ponto de germinar outras organizações independentes. Em terceiro lugar, a primeira organização negra que se tem notícias que arregimentou o Quilombo dos Palmares como ícone de resistência negra e elegeu o 20 de novembro como data em competição com o 13 de maio (que servia aos propósitos do mito da democracia nacional) e símbolo da liberdade foi o grupo gaúcho Palmares fundado em 1970. “Programando 1971, o grupo listou três atividades a serem desenvolvidas: homenagem a Luiz Gama em 21 de agosto, a José do Patrocínio em 9 de outubro (aniversário de nascimento) e a Palmares em 20 de novembro.” (Oliveira, 2003, p. 27). Adotado pelo MNU em 1978, este é o maior símbolo nacionalista do imaginário negro em todo o Brasil.

Nesse mesmo período em contraste com a sociologia brasileira, a militância e intelectuais negros passam a politizar o cultural tanto em resposta à sociologia, como ao nacionalismo de Estado que negavam a presença da África na história brasileira através do processo de unificação de diferenças que racializou a população e criou o negro. Um processo de produção identitário pairou acima da clivagem entre americanistas (mais racialistas) e africanistas (mais culturalistas) através da estética e da linguagem. Assim existe um *ethos* marcado negativamente pela cordialidade, construído na sociologia brasileira, e outro em que o “códice africano” fabrica o brasileiro (Medeiros, 2018).

Segundo Hobsbawm, existem dois problemas nas análises sobre as origens do nacionalismo: o primeiro é que as tentativas objetivistas de eleição de critérios como língua, território comum, etnia e traços culturais, são insuficientes, pois, além de serem mutáveis e ambíguos, frequentemente membros componentes de tais categorias não possuem aspirações

nacionalistas; assim como alguns grupamentos que respondem aos critérios de definição, também não seriam nações. como não existe um meio de distinguir nações de outras entidades políticas. O segundo é que definições subjetivistas que levam em consideração a disposição individual e coletiva é um argumento tautológico que leva a crer que basta querer para ser (1990, p. 14-17).

Resolvido que a nação só faz sentido a partir de sua congruência com o Estado, tal qual Gellner, o autor define que só há sentido na análise do fenômeno do nacionalismo a partir de seu relacionamento com um território politizado especificamente; sendo assim, o nacionalismo precede a nação, pois são os Estados que formam e não o contrário;

A Nação, em Hobsbawm, aparece como fenômeno dual, construído essencialmente pelo alto, mas que não pode ser compreendido sem análise daqueles que estão abaixo, como um típico historiador da escola inglesa, que influenciou os estudos pós-coloniais. Assim, mesmo em divergência com a análise culturalista de Anderson (2008), Hobsbawm concorda com o papel do capitalismo tipográfico como divulgador de uma nova forma de tecnologia da comunicação e pelo papel das comunidades letradas, raras em todo continente europeu e americano.

O ponto de Hobsbawm, e o que nos interessa em nosso argumento, é que as ideologias oficiais de Estado não servem como guias para o entendimento do social ou da cabeça de seus cidadãos, bem como não se poderia presumir que a identificação nacional suprima outras formas de identificação social para a maioria das pessoas. Então, sobre os movimentos nacionais, Hobsbawm segue a divisão de Miroslav Hroch (1985), onde parte-se do princípio que a consciência nacional não se desenvolve de maneira igual entre grupos e regiões sociais de um país. Sendo assim, eles seguiram três fases: a primeira diz respeito ao cultural, ao literário e folclórico, a segunda reflete as campanhas políticas em prol da nacionalização, e a terceira e a que são os programas nacionalistas adquirindo sustentação de massas.

Assim, é possível ver as todas as fases de desenvolvimento de movimentos nacionalistas na militância negra carioca dos anos 70 e 80 e que geraram o questionamento da pesquisa original de Hanchard (2001 [1994]) sobre um suposto fracasso do movimento negro brasileiro em relação aos movimentos nacionalistas africanos e estadunidenses. Neste debate, Luiza Bairros (1996) faz uma crítica fundamental ao argumento do autor que, embora sugerisse uma abordagem comparativa, não o faz de fato, apenas hierarquiza movimentos e acusa a militância brasileira de reproduzir as mesmas práticas da hegemonia racial branca: “drenagem do conteúdo histórico e conservação apenas do mito, desprovido de conteúdo político” (p. 175) E segue evidenciando que a lente utilizada pelo autor ao invés de proporcionar “ver o que não está a olho nu”, reduziu a realidade.

Bairros critica o uso do conceito de hegemonia utilizado pelo cientista político estadunidense. No texto, apesar de ser conceituado como processo, é trabalhado como sistema. Assim, a autora aciona Laclau e Mouffe em que a ideia da luta por hegemonia pressupõe um campo social aberto à redefinição de discursos e práticas políticas, mas se é um sistema que fecha possibilidades, como é o caso do mito da democracia racial brasileira, por questão de lógica, não há nada a ser hegemônico. Portanto, a autora sugere que o problema da análise está na pergunta em si mesma e sugere que a indagação correta seria: “que tipo de movimento negro foi gerado a partir da experiência racial brasileira?” (p. 176).

Luiza Bairros, ao fim de sua resenha, fala como uma legítima militante negra de sua época e critica a posição de Hanchard ao defender que o movimento negro efetivamente se nacionalize, entendendo este como um limitador identidades, onde “o processo de recuperação de *nossa historicidade* necessariamente envolve as múltiplas contribuições para o que significa ser negro” (p. 185, grifo meu). A autora ao defender o movimento negro da acusação de culturalismo, esqueceu que nacionalidade não é apenas identidade, mas é, no mundo político moderno, instrumento de proteção de indivíduos e de efetivação de cidadanias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito isto, é importante relativizar alguns pontos, como toda boa etnografia. O movimento negro não é uma massa ou amorfa ou uniforme. Suas clivagens estão disponíveis em diversos documentos e relatos, com especial atenção às tensões associadas às questões de gênero. É possível refletir até que ponto o *Afro* refletia as clivagens internas do próprio movimento negro? Acredito que esta pergunta dê bons frutos em um outro trabalho em que as linhas me permitam exprimir melhor essa complexidade. Para os fins desta pesquisa, importa dizer que ao procurarmos os vestígios deixados do pensamento contemporâneo africano no pensamento negro é uma escolha que significa reduzir significativamente outras possíveis entradas para compreensão do acervo. Aqui nosso objetivo não foi compreender o *Afro*, mas identificar como ele foi percebido e apropriado por um conjunto específico de agentes envolvidos em ações coletivas cujos valores compartilhados também são encontrados nesses documentos.

Além disso, é importante frisar que localizar esse conjunto específico de conhecimento e discurso produzido dentro da chave analítica do nacionalismo favorece o argumento em favor da sua inclusão nos cursos de pensamento político brasileiro e, de certa forma, remodela os entendimentos possíveis dos estudos afro-brasileiros.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público, pois não recebi autorização para publicação integral das entrevistas a mim concedidas.

**FINANCIAMENTO:**

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** A autora declara não haver conflitos de interesse.

**MINIBIOGRAFIA DA AUTORA DO PAPER:** Marianne é cientista social formada pela UERJ, com mestrado em ciência política e doutorado em andamento. Seus interesses são nacionalismo, pan-africanismo, movimento social negro, movimento de mulheres negras, estudo e etnografia de acervos, Moçambique.

## Bibliografia

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre as origens e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

BAIROS, Luiza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. Afro-Ásia, n. 17, 1996.

BORGES PEREIRA, João Baptista. Prefácio. In: BAIROCCHI, Mari de Nasaré. Negros de Cedro: um estudo antropológico de um bairro rural de Goiás. São Paulo, Ática, 1983.

CARDOSO, Marcos. Movimento Negro em Belo Horizonte:1978-1998, Mazza Edições, 2002.  
DA SILVA, Mário Augusto Medeiros. Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930. Revista USP, v. 1, n. 133, p. 47-62, 2022.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, n. 12, v. 23, p.:100–122, 2007.

FERREIRA, L. Encontros etnográficos com documentos burocráticos: Estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais. Etnografias Contemporâneas, n. 8, v. 15, 2022.  
Cooper, Frederick. "Conflito e conexão: Repensando a historia colonial na África." Anos 90 15.27 (2008): 21-73.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HANCHARD, Michael. Orfeu e Poder. Movimento Negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro, EdUERJ/UCAM-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HOBBSBAWM, E. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HROCH, M. Social preconditions of nation revival in europe. Cambridge: 1985.

KOSELLECK, Reinhart, Futuro passado : contribuição à semântica dos tempos históricos / tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira ; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio , 2006 .

MEDEIROS, P. M. Rearticulando narrativas sociológicas: teoria social brasileira, diáspora africana e a desracialização da experiência negra. Soc estado, Sep; n. 33, v. 3, p.:709–26, 2018.  
Silveira, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo In: GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003

PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010.

PEREIRA, Amauri Mendes. “Deu samba”: o CEAA e a militância política-acadêmica na luta contra o racismo no Brasil. Afro-Ásia, n. 66, pp. 551-581, 2022.

RATTS, Alesandro J. P. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. 2011.

PEREIRA, José Maria Nunes. Colonialismo, racismo e descolonização. Revista Estudos Afro-Asiáticos (Centro de Estudos Afro-Asiáticos-CEAA), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1978.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIOS, Flavia Mateus. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2009.

ROCHA, Marianne da Silva. Sob as lentes do nacionalismo: o pan-africanismo e os desafios de uma teoria política historicamente informada / Marianne da Silva Rocha – 2021, 128 f. Orientador: José Maurício Castro Domingues. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

RUFINO, Joel. Movimento negro e crise brasileira. In: RUFINO, Joel; BARBOSA, Wilson do Nascimento. Atrás do muro da noite dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília, DF: Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares, 1999. p. 141-157.

VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

SORÁ, Gustavo Alejandro; Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina; Universidade Federal de São Paulo. Departamento de História; Revista de Fontes, n. 3, v. 4, pp. 15-28, 2016.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.